

Sumário

Nota Editorial	15
Editorial	17

DOCTRINA ESTRANGEIRA

A declaração dos direitos sociais

Norberto Bobbio	21
Introdução.....	21
O Estado Leviatã	23
O pluralismo jurídico	23
O sistema jurídico de Gurvitch	26
Considerações finais	28
Referências.....	29

A proteção do clima, o Tribunal Constitucional Federal e o futuro do Estado Social

Ulrich Becker	31
1 Pontos de partida	31
2 Pontos de partida no Direito Social	33
2.1 Mínimo existencial social e econômico	33
2.2 Ameaça de lesão de direitos fundamentais.....	36
2.3 A jurisprudência e sua limitação.....	38
3 Perspectivas	40
3.1 A (ir)reversibilidade do desenvolvimento de instituições do Estado Social.....	40
3.2 Igualdade sistêmica ao longo do tempo.....	43
3.3 Liberdade e direitos sociais.....	45
4 Conclusão.....	47
Referências.....	47

El pluralismo jurídico como soporte fundamental de la convencionalidad y del constitucionalismo moderno

Pablo Darío Villalba Bernié	53
1 Surcos iniciais	53
2 Complejidad de orfebrería	55
3 La supremacía de los derechos humanos	57
4 Entre el monismo y el dualismo: una perspectiva inexacta	59
4.1 Puesta en escena	59
4.2 La evolución	59
4.2.1 Los primeros tiempos	59
4.2.2 El monismo	60
4.2.3 Dualismo jurídico	60
4.2.4 Decadencia de ambas ideas	61

5	Pluralismo jurídico	63
6	Convencionalidad congruente con el pluralismo jurídico	64
6.1	El impacto de los derechos humanos	65
6.2	Una creación pretoriana	66
7	Inédito nuevo milenio	67
8	Conflictos y tensiones.....	68
9	Conclusión.....	69
	Referencias.....	71

DOCTRINA NACIONAL

A atuação da Cruz Vermelha no Direito Internacional Humanitário

Alexandre Coutinho Pagliarini, Alexander Haering Gonçalves Teixeira	75	
1	Introdução.....	75
1.1	Prolegômenos metodológicos e problematizações científicas	76
2	O Direito Internacional Humanitário	77
3	As vertentes de proteção internacional	79
4	A Cruz Vermelha como sujeito aplicador do Direito Internacional Humanitário	89
5	Considerações finais	91
	Referências	92

O uso retórico da linguagem dos direitos e os limites da correlação lógica entre direitos e deveres para a definição dos direitos humanos

André Olivier	95	
	Introdução.....	95
1	A análise da linguagem dos direitos	97
1.1	Exigências por direitos	97
2	A lógica dos direitos enquanto exigências.....	100
2.1	A correlatividade normativa entre direitos e deveres	100
2.2	As obrigações perfeitas.....	102
2.3	Direitos-para e direitos-contra	104
3	O uso retórico da linguagem dos direitos humanos.....	107
3.1	Os limites da lógica para justificar os direitos	108
3.2	Direitos retóricos contra o mundo	112
3.3	Necessidades e vulnerabilidades	114
	Considerações finais	117
	Referências.....	118

Análise da fundamentação ética utilitarista dos Bancos de Dados de Perfis Genéticos na Corte Europeia de Direitos Humanos

Bruno Rodrigues Trindade, Aline Albuquerque Sant'Anna de Oliveira, Cesar Koppe Grisolia ...	123	
1	Introdução	124
1.1	Bancos de Dados de Perfis Genéticos	124
1.2	Contexto brasileiro.....	126
1.3	A CEDH e os BDPG	128
1.4	Escopo, não escopo e objetivos	129
2	Metodologia	130

2.1	Marco teórico	130
2.2	Paradigma jurisprudencial.....	133
3	Casos	136
3.1	Saunders v. Reino Unido	136
3.2	Van der Velden v. Holanda.....	137
3.3	S. e Marper v. Reino Unido.....	140
3.4	W. v. Holanda	141
3.5	Peruzzo e Martens v. Alemanha	142
3.6	Aycaguer v. França	144
4	Discussão	144
5	Conclusões	152
	Referências	154

As limitações do direito internacional privado na responsabilização de empresas transnacionais: o caso da Chevron-Texaco no Equador

Victória Maria Pereira, Cynthia Soares Carneiro	157
Introdução.....	157
1 As multinacionais no contexto internacional	159
2 O Direito Ambiental Internacional	162
3 O Caso Chevron-Texaco no Equador: danos e impunidade.....	166
4 O Tratado Vinculante sobre Empresas Transnacionais e Direitos Humanos	176
Conclusão	183
Referências.....	184

A atuação do juiz no processo penal: por uma hermenêutica constitucional para evitar a degeneração do direito

Américo Bedê Freire Junior, Gustavo Senna	189
1 Introdução.....	189
2 O sistema de justiça criminal diante de uma sociedade complexa e de riscos: os perigos interpretativos midiáticos e populistas – A degeneração do direito	192
2.1 Abrindo os olhos para enxergar a inegável seletividade penal como reflexo de uma ideologia populista e neoliberal.....	196
2.2 O uso retórico do discurso do combate à impunidade e da busca por igualdade na aplicação do poder punitivo: ocultando tendências antidemocráticas de discricionariedade e ativismo judicial.....	201
3 A teoria do direito como integridade como um caminho possível para combater a degeneração do direito.....	206
4 Considerações finais	211
Referências.....	213

O controle de constitucionalidade das emendas constitucionais: cláusulas pétreas, graus de deferência ao poder constituinte derivado e defesa da democracia em contextos de retrocesso democrático

Ademar Borges de Sousa Filho	217
1 Introdução.....	218
2 O controle de constitucionalidade de emendas constitucionais no Brasil.....	218
2.1 Limites materiais ao poder de emenda: a devida interpretação e aplicação das cláusulas pétreas	218

2.2	Controle de constitucionalidade de emendas por violação a cláusula pétrea	222
2.3	O conteúdo da cláusula pétrea dos “direitos e garantias individuais”	226
3	Os níveis de intensidade do controle de constitucionalidade das emendas constitucionais a partir de uma presunção graduada de constitucionalidade dessas normas	229
4	Controle de constitucionalidade de emendas constitucionais em contextos de retrocesso democrático	241
5	Conclusão	253
	Referências	257

Resolução de conflitos e o desenvolvimento dos novos direitos no âmbito de análise da bioética ao biodireito

Agatha Gonçalves Santana, Aleph Hassan Costa Amin, Bruna Araújo da Rocha	263
Introdução	264
1 A evolução da bioética ao biodireito	266
1.1 Elementos conceituais gerais da bioética e do biodireito	268
1.2 Biodireito, macroética e os novos direitos	272
2 A regulamentação normativa dos novos direitos	276
3 Perspectivas teóricas e métodos de análise ou resolução de casos concretos ...	279
4 Questões básicas para análise de casos clínicos em dilemas bioéticos	291
Conclusão	296
Referências	299

Violências de gênero contra as mulheres na sociedade lageana: discursos jurídicos

Vivian Paes Galvani, Mareli Eliane Graupe	303
Considerações iniciais	303
O patriarcado institucionalizado	304
Discursos jurídicos sobre determinismo biológico e os direitos das mulheres	309
Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio	311
Pesquisa de campo	314
Desenvolvimento socioeconômico da cidade de Lages/SC	314
Levantamento de dados na 2ª Vara Criminal da Comarca de Lages e na Secretaria Municipal de Políticas para Mulher	317
Considerações finais	321
Referências	323

Mulheres e interseccionalidade: a invisibilidade da perspectiva negra no direito internacional dos direitos humanos

Edilene Lôbo, Rafael Clementino Veríssimo Ferreira	327
1 Introdução	328
2 A proteção à mulher do plano internacional à realidade brasileira: a visão eurocêntrica despida da perspectiva das mulheres negras	330
2.1 O ostracismo jurídico-político das mulheres negras	333
2.2 O impacto da violência doméstica	333
3 Igualdade material e interseccionalidade nos direitos humanos das mulheres negras	336
Considerações finais	343
Referências	345

Iniquidade, pandemia e tecnologia: como a trajetória da Covid-19 evidenciou a desigualdade tecnológica da educação básica no Brasil

Raquel Von Hohendorff, Marciano Buffon, Gabriela Telles	349
1 Introdução	350
2 Os impactos da pandemia na educação pública	351
2.1 Tecnologia para o enfrentamento à desigualdade	354
3 O papel do Estado na garantia de acesso à educação durante a Covid-19	358
3.1 A justiça fiscal como enfrentamento à perversa face da desigualdade: por justiça social na educação	362
Considerações finais	365
Referências	366

A tutela da privacidade na Suprema Corte norte-americana e no Tribunal Constitucional Federal alemão: perspectivas para um diálogo constitucional transfronteiriço

Luis Cláudio Martins de Araújo, Luiz Augusto Castello Branco de Lacerda Marca da Rocha ...	369
Introdução	370
1 Breves considerações sobre o direito à privacidade na jurisprudência da Suprema Corte norte-americana	371
2 O direito à privacidade na jurisprudência do Tribunal Constitucional Federal alemão ...	380
3 Algumas considerações sobre o constitucionalismo transfronteiriço e o uso persuasivo de jurisprudência estrangeira no Brasil	383
Conclusão	389
Referências	391

O direito ao esquecimento como um direito fundamental implícito à luz da doutrina e jurisprudência

Carolina Lopes da Silva, Marcelo Schenk Duque	393
Introdução	394
1 O direito ao esquecimento como um direito fundamental implícito	395
2 O direito ao esquecimento sob a ótica da colisão com outros direitos fundamentais	402
3 O direito ao esquecimento no Superior Tribunal de Justiça	409
4 O Supremo Tribunal Federal e a incompatibilidade do direito ao esquecimento	416
Considerações finais	427
Referências	429
Normas editoriais	433